

Relatório-síntese do IV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos SESC Venda Nova – Belo Horizonte – MG – 21 a 24 de agosto de 2002.

Realização

Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos
AEC/MG, AEJA, CEDEFES, Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, Instituto Marista de Solidariedade, MST/MG, secretaria de Estado da Educação, Secretarias de Educação de Belo Horizonte e Ipatinga, SESI/MG, UEMG, UFMG

Apoio

ABONG, AEC, CEAAL, CONSED, Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, MEC, TEM, SESI, UNDIME, UNESCO.

1. Contexto

O IV ENEJA se realiza numa conjuntura nacional e internacional delicada, de mudanças e incertezas que estão e continuarão tendo fortes reflexos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O término da Guerra Fria introduziu uma ordem política e econômica internacional unipolar, cujas conseqüências – profundamente influenciadas pelos eventos e seqüelas de 11 de setembro – ainda estão por ser plenamente entendidas e avaliadas. Neste processo, a América Latina, especialmente Argentina, Uruguai e Brasil, se tornaram alvos da especulação e ataque por parte dos mercados financeiros e cambiais. Na perspectiva educacional,

encontramo-nos há cinco anos da última Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA, Hamburgo, 1997) com a impressão de que o processo de monitoramento e avaliação dos compromissos assumidos deixou de existir. Os resultados de Dakar (2000) também sugerem uma falta de compromisso dos governos nacionais. A ONU propõe uma nova Década de Alfabetização, mas, ao mesmo tempo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) coloca em pauta a inclusão do ensino superior, da educação a distância e da educação para adultos como serviços a serem negociados e vendidos, e regulados pela Agência Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). No plano nacional, estamos a poucas semanas de eleições presidenciais e em meio a uma crise econômica anteriormente anunciada pelos analistas de plantão. Após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), os estados e municípios estão elaborando os próprios planos educacionais, com base em processos diferenciados de participação. A responsabilidade pela EJA continua envolvendo negociações complexas no regime de colaboração com uma crescente ênfase em parcerias entre governos e sociedade civil. Não há dúvida de que os ENEJAs são uma expressão desta estratégia de parceria, com capacidade de articular e mobilizar,

e representam também a força de um novo ator social coletivo.

Dando continuidade ao III ENEJA, realizado em São Paulo em setembro de 2001, que teve como eixo a discussão do "Plano Nacional de Educação: a quem cabe cumprir?", o IV ENEJA se propõe a aprofundar a EJA em "Cenários em mudança", destacando as seguintes questões específicas: a década da alfabetização, a construção de diretrizes e bases, a articulação dos fóruns estaduais e regionais de EJA e a inserção da EJA nos planos estaduais e municipais de educação e no debate eleitoral

2. Diretrizes e bases para a EJA

A EJA tem tido avanços, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do direito de jovens e adultos à educação, e o dever do Estado em oferecer educação para essa população, não escolarizada.

Hoje se reconhece que o campo de atuação da EJA incorpora tanto as perspectivas da educação popular — que há 40 anos lida com a questão dos direitos ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao emprego etc., desenvolvidos nas lutas sociais —, quanto as perspectivas da educação escolar, ambas consagradas na V CONFINTEA, alargando o conceito e exigindo a compreensão das responsabilidades que sobre essas duas perspectivas se colocam. As aprendizagens, a partir das lutas da educação popular, em muito auxiliaram a ampliação do conceito, assim como produziram mudanças na educação escolar, constituindo a

identidade da educação de jovens e adultos. A contribuição de Paulo Freire, do mesmo modo, é inequívoca para se pensar a constituição desse campo. O momento atual apresenta um cenário propício para transformar a EA, para além das proposições já efetivadas que representam ganhos no campo dos direitos, mesmo cenário este que tensiona as formas como os poderes vêm promovendo aligeiramente mudanças, pelo centro, sem o concurso dos educadores nem das iniciativas locais, comprometendo os resultados dos fazeres pedagógicos. As diretrizes que devem sustentar a EA, nesse cenário de mudanças, deve considerar, no âmbito do poder público, cuja responsabilidade constitucional refere-se à escolarização em nível de ensino fundamental, o princípio básico do direito de todos, igualmente constituído, para fazer frente ao dever do Estado com a oferta desse nível de ensino. Os dados da educação, e especialmente os que se referem aos segmentos etários da faixa de mais de 15 anos, público da EA, tanto recolhidos pelos Censos Educacionais, quanto pelo IBGE, demonstram os frágeis avanços no atendimento, embora deixem ver as diferenças geracionais, de gênero, de etnia, entre campo e cidade, de portadores de necessidades especiais, precisando ser analisados segundo as diversidades que, mesmo em estados onde a situação média não é tão gritante, continuam ressaltando as inúmeras desigualdades, tanto produzidas socialmente, como reforçadas pelas políticas que estabelecem prioridades para alguns grupos de população. Os dados educacionais brasileiros revelam, para educadores comprometidos, a necessidade de estarem em alerta: o ensino fundamental completo, como direito, deixa de fora 40 milhões de pessoas de 15 a 39 anos, assim como o contingente de alunos excluídos na escola já se inicia aos 8 anos de idade, aumentando gradativamente até atingir a faixa de 14 a 17 anos,

potenciais alunos futuros da EA. Por fim, neste cenário, mantém-se, com leve decréscimo, um amplo contingente populacional de não alfabetizados, que pensados em dados absolutos representam a negação do direito a 16 milhões de pessoas, afastadas do saber ler e escrever, fundamentais em sociedades grafocêntricas. São as seguintes as principais diretrizes identificadas para a EA neste cenário de mudanças:

- Institucionalização da EA, com vistas a assegurar o direito de todos à educação, sem perder de vista a história e as lutas dos brasileiros na educação popular e na EA;
- Ressignificação do campo da EA, tendo em vista os contextos e a realidade contemporânea, exigente de novos sentidos para a aprendizagem e para o conhecimento permanente;
- Financiamento adequado à EA, tendo em vista suas especificidades e seu público;
- A certificação na EA deve estar associada intrinsecamente à aprendizagem, sem que uma se sobreponha à outra;
- Diversidade em contraposição à uniformidade, o que não deve significar desarticulação/superposição e isolamento de programas, com rupturas entre os segmentos do ensino fundamental.
- A resignificação da EA, tendo em vista essas características, demarca que ela se refere não a todos os adultos, mas a adultos marginalizados, assim como deve ser realizada em espaços — casas de cultura, comunitárias, sindicatos etc. — e em tempos distintos, adequados às particularidades desses adultos.
- Formação inicial e continuada de professores de jovens e adultos, realizando concursos públicos específicos para professores com qualificação na área.
- Ressalte-se o significado das condições salariais precarizadas e a própria posição social marginalizada dos educadores de jovens e adultos, cuja formação vem sendo, por vezes,

feita à parte da formação dos demais educadores;

- Propostas curriculares que contemplem o estabelecimento de relações com o mundo do trabalho, com os saberes produzidos nas práticas sociais e cotidianas, e o envolvimento de todos com esse mundo e seus saberes formais, seja como trabalhadores, como empregados ou como desempregados;
- Articulações intersetoriais, de modo a estabelecer relações entre diversos projetos educativos que envolvem jovens e adultos, destacando-se o papel dos Fóruns de EA nesse sentido.

3. Questões conceituais e práticas

Quanto mais se acentua a crise econômica e social, mais a EA assume relevância política. A dramaticidade da vida dos sujeitos incita a luta pelos direitos. É neste sentido que o trabalho de Paulo Freire toma as proporções que têm repercussão até hoje no mundo inteiro. A EA deve considerar o diálogo pedagógico que Paulo Freire propõe e desenvolve, indo além de uma perspectiva pedagógica que possibilita uma reflexão dos oprimidos sobre a sua própria desumanização e, ao mesmo tempo, constrói o seu processo de recuperação da humanidade roubada. Tem-se um novo olhar sobre esses sujeitos. A preocupação não é apenas com a trajetória escolar, mas principalmente com as trajetórias pessoais e humanas, como homens, mulheres, indígenas, negros e negras, do trabalho, da construção social. A educação de jovens e adultos ocorre num cenário de desafios que exigem uma concepção de educação para além da escolarização formal. Ela exige novas fronteiras, pede uma educação baseada na construção do conhecimento, que aponte para a resolução de problemas, para a auto-aprendizagem, que insista na reflexão permanente sobre a prática. Uma educação para a vida, porta para a educação permanente. Assim, a resignificação da EA no espaço público implica na transformação de práticas e do conjunto do sistema educativo. Neste sentido, algumas experiências significativas já vêm sendo

ensaiadas e poderão trazer pistas para essa resignificação. São práticas que se desenvolvem em torno de eixos tais como: alfabetização e elevação da escolaridade, formação de educadores, educação e trabalho, educação no campo e institucionalização da EJA nas políticas públicas.

Os relatos das experiências de alfabetização e elevação da escolaridade apontam para a construção de propostas fundadas nas orientações filosóficas da pedagogia libertadora de base freireana, intentam a diminuição do analfabetismo e a garantia da continuidade dos estudos e apontam para a intervenção do poder público no estado da exclusão social dos alunos através do acesso à escolarização e escolaridade.

No campo da formação de educadores, as experiências buscam munir educadores de jovens e adultos de instrumentos teórico-metodológicos, tornando-os intelectuais reflexivos que considerem suas experiências existenciais e profissionais, visam a ampliação do universo cultural, o engajamento do docente em processos de participação e o desenvolvimento de uma consciência holística.

As experiências de EJA e trabalho e as de EJA no campo, tratam de escolarização, organização e politização dos diferentes segmentos de EJA, formação profissional e formação de educadores. Pautam-se no pensamento de Paulo Freire, respeitando a história, os desejos e sonhos dos sujeitos, considerando as questões de gênero e geração, a diversidade sociocultural e regional das organizações envolvidas. Associam EJA à formação profissional, atendendo a demandas específicas dos trabalhadores, incluindo a necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Os esforços da institucionalização nas políticas públicas tendem a romper com a negatividade no campo da EJA, com a estrutura fechada de grades curriculares, ressaltam o compromisso do educador com a sua prática, valorizam o trabalho pedagógico, e preocupam-se em abrir espaço para fora da escola.

4. A articulação dos fóruns

Participaram do Encontro 14 fóruns estaduais (RJ, MG, SP, AL, PB, GO, PR, RS, RN, MT, TO, ES, SC, BA), dois fóruns em processo de formação (CE e PE), 3 regionais (Divinópolis, Leste de Minas e Nordeste Paulista) e representantes de três estados que ainda não criaram fóruns (AM, AC, DF), demonstrando uma grande diversidade de estruturas, de abrangência e de formas de articular.

Os fóruns aqui apresentados compunham-se dos seguintes segmentos: administração pública, sistema 'S', Universidade, movimentos populares e ONGs, e professores e alunos.

O grande número de presentes à reunião do segmento **Instituições públicas** reflete a predominância dos sistemas estaduais e municipais na oferta de práticas escolares de EJA, destacando-se os MOVAs, o supletivo presencial e não presencial, ensino fundamental noturno e os exames de ensino fundamental e médio. As discussões se centraram em torno de quatro eixos: formação de professores; institucionalização; financiamento; e relação com o mundo do trabalho.

A articulação de entidades integrantes do **Sistema S** com representantes do SESI (nacional e regionais), SENAC e do SESC nacional, reunidos neste segmento registrou, inicialmente, alguns resultados observados na área, dentre eles o fortalecimento da EJA; maior capacidade de articulação com parceiros; presença e contribuição junto aos CEEs; abertura de novos espaços para formação continuada; permanente troca de experiências, garantindo lugar de referência na área. Em seguida, foram assumidos os seguintes compromissos como contribuição ao IV ENEJA: estímulo à participação dos demais "S" do Sistema, já que o SESI tem representado o papel de alavancador dos Fóruns, com participação ativa na sua constituição e manutenção; busca de envolvimento mais sistemático de equipes do SESC e SESI na Região Norte do país, com vistas a dinamizar a organização de novos Fóruns estaduais, assim como de promover a

formação de fóruns regionais nos municípios onde existem representações, orientando a todos eles quanto aos passos para a constituição de Fóruns; estímulo ao maior empenho das equipes engajadas em Fóruns estaduais, de modo a ampliar a participação e garantir a efetiva vinculação, como parceiros, em igualdade de condições aos demais participantes, evitando inserções pontuais e pouco comprometidas; estímulo à participação de alunos de EJA nos Fóruns, à semelhança do Fórum do Rio Grande do Sul, que dá os primeiros passos nesse sentido; realização de encontro dos "S". No segmento **Universidade**, as questões gerais levantadas giraram em torno dos limites identificados quanto ao número restrito de docentes envolvidos na área da EJA; desgaste das universidades com o desenvolvimento de programas conveniados (PRONERA e FAS) em contraposição à defesa feita por este mesmo segmento nos ENEAs pelo desenvolvimento de políticas públicas. O segmento **movimentos populares e ONGs** discutiu três questões norteadoras: temas mais relevantes para as ONGs e movimentos sociais; perspectivas e parcerias. Chegando, entre outras, às seguintes propostas: parâmetros mínimos de institucionalização que garantam o processo da EJA na perspectiva da educação popular; parâmetros mínimos para a criação dos fóruns com garantia de participação dos movimentos sociais e ONGs; articulação de recursos do FAT para a EJA; garantia da autonomia e não uniformização das experiências; incentivo aos movimentos sociais para participar dos fóruns; fóruns e encontros como um espaço para o debate metodológico, não sobre o "como fazer" mas discutindo as orientações para o "como fazer", ou seja, discussões de concepções, propostas que levam a este "fazer" e aos conteúdos.

Um novo segmento que desponta no IV ENEJA é o dos **professores, universitários e alunos** de EJA com a participação de 34 pessoas. Fizeram uma retrospectiva dos últimos três ENEAs: Rio de Janeiro, Campina Grande e São Paulo.

Notaram a pouca inserção de educadores, universitários e de alunos no ENEA.

Quanto às temáticas discutidas em cada Fórum, aponta-se a recorrência de algumas, como diretrizes curriculares; políticas públicas; experiências pedagógicas; formulação de Planos Estaduais e Municipais de Educação; regulamentação da EA. Cada uma delas se desdobra em cada Fórum de diferentes maneiras, destacando aspectos como financiamento e formação continuada de professores. Algumas entidades são menos frequentes aos Fóruns, como os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, mas se encontram presentes e atuantes em alguns. Outras, como escolas particulares constituem indicação de alguns Fóruns para integrar a rede, nos lugares onde ainda não estão presentes. Observa-se que, em alguns estados, vem sendo priorizada a interiorização e regionalização dos Fóruns, tendo em vista questões locais, grandes distâncias, entre outras. Também observa-se e destacou-se positivamente as diversas formas de articular, socializar e intervir, como sendo uma espécie de *slogan* a ser assumido pelos Fóruns, por se entender ser esta, efetivamente, a natureza de sua atuação. Outro aspecto importante a destacar diz respeito à idéia de que, para os Fóruns, a pluralidade e o diálogo freqüente constituem princípios de ação. Por fim, algumas propostas foram encaminhadas: a realização de eventos com candidatos majoritários, visando incluir a EA nas agendas; à semelhança do Fórum de Goiânia, estabelecer diagnósticos dos eleitores analfabetos nas próximas eleições, junto ao TRE, identificando-os e localizando seus lugares de residência.

5. Cenários em mudança: perspectivas para a EJA

O cenário, no futuro próximo, apresenta uma complexidade e diversidade de desafios para a EA entre os quais elencamos os seguintes:

- Centralidade do conhecimento neste novo século e a urgência de se

implantar uma política de educação continuada;

- Substituição do *sentido de suplência* atribuído à EA — e largamente incorporado à sociedade — como espaço complementar, compensatório, não essencial e de dever do Estado, que mantém excluída ampla maioria da população do direito a aprender, segundo suas necessidades e saberes constituídos ao longo da vida, pelo *sentido de direito de todos*, garantindo o preceito constitucional da escolarização de ensino fundamental, requerido com qualidade;
- Permanência da baixa escolaridade da grande maioria da população adulta brasileira, apesar dos esforços empreendidos;
- Crescente demanda, pressionada pelo mercado de trabalho, para a escolarização e certificação do jovem e adulto trabalhador;
- Incorporação de novas tecnologias nas práticas educativas da EA;
- Iminentes mudanças de governo federal e estaduais, que se refletem no jogo de forças e definição de políticas públicas;
- Necessidade de acompanhar de perto as negociações em torno da inclusão da educação para adultos na pauta dos serviços a serem regulados pelo GATS;
- Necessidade acompanhar e monitorar as metas para a EA estabelecidas no Plano Nacional de Educação e de intervir na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação;
- Ampliação da pressão para derrubar os nove vetos presidenciais em relação ao PNE, bem como manter a luta pela derrubada do veto do presidente à EA na Lei do FUNDEF.

6. Deliberações da plenária

- a) Encaminhamento das deliberações do IV ENEJA aos futuros governantes eleitos.
- b) IV ENEJA posicionou-se contrário à concepção político-pedagógica

centralizadora e padronizante do ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos, e apresenta profunda preocupação quanto às conseqüências deste exame na Educação Popular e na Educação de Jovens e Adultos. O IV ENEJA recomenda aos fóruns estaduais e municipais o aprofundamento do tema, encaminhando suas conclusões, por escrito, à Comissão Nacional de Fóruns até novembro de 2002.

- c) Participação de todos os segmentos de EA na Campanha contra a ALCA.
- d) Indicar aos fóruns a necessidade de intensificar a participação dos sindicatos no movimento da EA.
- e) Com respeito ao V ENEJA:
 - Realização do V ENEJA em Cuiabá (MT) em 2003, em data próxima ao Dia Internacional da Alfabetização (8 de setembro);
 - Respeito à proporcionalidade nas eleições dos delegados ao ENEA, garantindo a representatividade dos educadores e educandos;
 - Garantir espaço nos relatos de experiência aos educadores e propostas de vivências de realidades das escolas;
 - Participação dos movimentos sociais, educadores e educandos nas mesas de debates.



Equipe de relatoria: Jane Paiva (UER), José Barbosa da Silva (UFFB), M^{te} Margarida Machado (UFGO), Alexandre Aguiar (SAFE), Domingos Nobre (UER), Eliane Dayse Furtao (UFC), M^{te} Alice de Paula Santos (Instituto Paulo Freire), M^{te} Amélia Giovanetti (UFMG), M^{te} Aparecida Zanetti (UFFR), Tânia Moura (UFAL), Timothy Ireland (UFFB – Coordenador).